

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

REFORMA AGRÁRIA E CRESCIMENTO ECONÔMICO: O CASO DA COREIA DO SUL COMO LIÇÃO PARA O BRASIL

Autor: Alexandre Black de Albuquerque

Mestre em História – UFPE

e-mail: xandblack2@yahoo.com.br

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial a península coreana foi dividida em duas, o norte sob controle soviético e o sul sob controle norte-americano. Ao norte foi instituído um regime socialista e a reforma agrária foi realizada. Como forma de evitar, no sul, levantes de matiz socialista, ou mesmo uma revolução, os EUA também iniciaram a reforma agrária na sua área de controle. Inicialmente, as terras que pertenciam aos japoneses foram redistribuídas em lotes de, no máximo, 3 ha. Quando os sul-coreanos recuperaram algum grau de autonomia política, em 1948, com o advento do governo de Syngman Rhee, a redistribuição de terras foi retomada afetando, agora, os grandes e médios proprietários rurais de origem coreana e mantendo-se o limite de 3 ha por família. Ao fim do processo a classe de latifundiários e arrendatários tinham quase sido extintas, criando uma das mais igualitárias estruturas agrárias do mundo, ocasionando um forte processo de distribuição de renda e ativos que teriam impactos duradouros na sociedade e economia coreanas.

Apesar do viés antirrevolucionário, a reforma agrária ocorrida na Coreia do Sul também foi uma estratégia capitalista que estabeleceu mecanismos que proporcionaram inversão de renda da agricultura para a indústria, durante os anos de 1950 e 60, e que eliminou, ou, pelo menos, reduziu, o êxodo rural que tipicamente ocorreu na América Latina, ou seja, um grande contingente de pessoas economicamente vulneráveis que terminaram por serem absorvidos em atividades de baixa produtividade nas zonas urbanas. No caso da Coreia do Sul esse êxodo foi bem mais controlado e, em grande parte, era absorvido pela indústria nascente e setores correlatos com maior intensividade de capital, impedindo o surgimento de grandes favelas ou áreas extremamente pobres

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como usualmente ocorreu no continente sul-americano. A reestruturação agrária coreana foi realizada através de indenização aos antigos proprietários pagos pelos beneficiados pela reforma. É verdade que as famílias que tiveram parte de suas terras expropriadas não foram pagas integralmente, sobretudo em decorrência da Guerra da Coreia, quando o Estado, necessitando de fundos, praticamente parou os pagamentos, enquanto as famílias beneficiadas tiveram o tempo para o pagamento da posse da terra estendido de 5 anos para mais de 10 anos na maioria dos casos. A reforma agrária na Coreia do Sul distribuiu renda - mas inicialmente o Estado se apropriou de parte dela -, e ativos produtivos - terra - com efeitos positivos para a qualidade de vida de grande parte da população e transformou o setor agrícola num importante impulsionador da industrialização do país.

Antecedentes

Está cada vez mais consolidado na literatura sobre o desenvolvimento da Coreia do Sul, que a reforma agrária implementada no pós Segunda Guerra Mundial foi de grande importância para o desenvolvimento futuro do país ao distribuir renda, dinamizar a economia e eliminar ou diminuir o poder dos antigos latifundiários. Em 1930, 77,5% dos agricultores eram arrendatários ou parte arrendatários e apenas 3,6% eram proprietários (Shin, 1976), sendo esses últimos podendo ser absenteístas ou não,

However, it should be noted that most of the Korean landlords were parasitic absentee-landlords who never undertook operation of farm at all but simply leased out all of their lands to landless farmers and collected a high rate of rent from them. The average rate of tenant rent was between 55-60 percent of the gross products and its form of payment was mostly share-cropping. A strange fact was that, in spite of the development of modern capitalistic economic organization in urban area and its impact on rural agricultural sectors, the rate of rent had been gradually increasing during the colonial period, comparing with that of the Yi-dynasty land tenancy [...]. (*Idem*, p.14-15).

A taxa de arrendamento era extremamente alta e cresceu durante o domínio japonês, passando de cerca de 33% a 50%, imediatamente antes da conquista do país

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pelo Japão, para 55% a 60% na década de 1930. Mais de 90% desse pagamento era em produtos, portanto, os arrendatários ficavam com menos da metade da produção na década de 1930, isso, somado ao fato de que os latifundiários eram japoneses ou estavam coligados com o poder colonialista, levou a um grande aumento dos conflitos entre estes últimos e os arrendatários. Segundo Grabowski (2002), foram 15 conflitos registrados em 1920, 176 em 1924 e 726 em 1930. A partir deste momento, os conflitos aumentam dramaticamente, refletindo tanto o aumento do aluguel da terra quanto o antagonismo contra o poder colonialista, entre 1933 e 1938 houve em média 19.454 conflitos registrados em questões relativas a terra. Essas disputas levou o governo japonês a estabelecer regulamentos que aumentavam a proteção jurídica dos arrendatários, sobretudo em relação aos alugueis, quando havia quebra de colheita, e ao tempo mínimo de arrendamento, que foi estipulado em três anos (*idem*). Essa relativa perda de poder por parte dos latifundiários fez com que alguns deles diversificasse os investimentos no comércio e na indústria, inclusive reduzindo residualmente a concentração de terra,

All of this is not to deny that Korean landlords still had power and influence. However, peasants no longer fully accepted the landlords dominance, and their resistance reduced the latter's power. "The fatal stoke fell in the postwar era when most Korean landlords were accused of Japanese collaboration (Shin 1996, p. 131)." Once again, World War II and its aftermath seem to have been necessary for substantial reform, but not sufficient. Without the prewar tenant unrest successful reform could not have occurred. (Grabowski, 2002, p. 120).

A afirmação, feita por Grabowski, de que talvez não tivesse ocorrido a reforma agrária sem a intensificação dos conflitos entre os arrendatários e os latifundiários talvez seja exagerada, pois, após a Segunda Guerra Mundial, iniciou-se o conflito ideológico entre os EUA e a URSS, que, quando se tornava um conflito armado, era lutado na periferia, como foi o caso da Guerra da Coreia, logo, a reforma agrária na Coreia do Sul também fez parte dessa dinâmica entre as duas superpotências, portanto, é provável que a reestruturação da propriedade rural sul-coreana tivesse ocorrido de qualquer modo, o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que não invalida nem a luta dos arrendatários nem os méritos dessa reforma para o desenvolvimento do país.

Vale frisar que o aluguel do arrendamento não era o único pagamento feito pelos arrendatários, havia ainda a cobrança de impostos feita pelo Estado. De todo o modo grande parte dos arrendatários e dos minifundiários estavam em condição de grande pobreza na década de 1930, inclusive, milhares de pequenos agricultores foram obrigados a vender suas terras para pagar dívidas, sendo que houve uma diminuição da proporção das propriedades que pertenciam a pequenos proprietários durante o domínio japonês, de 22,8% em 1920 para 17,4% em 1942. Inversamente a proporção de propriedades sob arrendamento teve um forte aumento no mesmo período, passando de 41,7% para 53,8%, indicando aumento da exploração dos camponeses pelos latifundiários, levando, inclusive, o governo a mudar a metodologia do censo agrícola, para tentar esconder essa mudança da propriedade da terra (Shin, 1976).

Outro problema para os agricultores coreanos foi que o governo colonial japonês confiscou e comprou, ou impôs a venda, de milhares de propriedades pertencentes a coreanos, de forma que proprietários japoneses se tornaram donos de cerca de 40% de toda área agrícola da Coreia e a principal função desses proprietários era alimentar a industrialização japonesa através do envio de parte da produção agrícola, sobretudo arroz, para esse país, o que diminuiu fortemente a oferta de alimentos não apenas para as áreas rurais mas também para as áreas urbanas. Dessa forma, o aluguel do arrendamento também era uma forma do Japão confiscar, quase sem custos, parte da produção agrícola coreana. 68,1% dos arrendatários, 37,5% dos arrendatários parciais e 18,1% dos proprietários viviam na indigência, segundo o Governo Geral da Coreia (*idem*). Deste modo, da forma como estava estruturado o sistema agrícola coreano, não havia muitos incentivos para incrementar a produtividade, pois o excedente seria taxado pelo Japão, apesar disso, na década de 1930, o governo japonês fez investimentos com o objetivo de aumentar a produção agrícola na Coreia,

Initially, the growth rate of Korean agriculture was quite low, averaging 0.46% annually from 1920 to 1930. Productivity actually fell during the period. However, beginning in the 1920s, Japan launched a program

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

aimed at raising agricultural and, in particular, rice production. This involved investment in irrigation and other rural infrastructure, the distribution of new seed varieties, and the development of extension systems for the sharing of new knowledge. Thus, from 1930 to 1939, the rate of growth of agricultural production jumped to almost 3% per year. (Grabowski, 2002, p. 120).

No entanto, apesar do aumento da produção agrícola, na década de 1930, a situação da população coreana, em relação a segurança alimentar, deteriorou ainda mais nesse período, pois a parte que era exportada para o Japão crescia mais que a produção, logo, o forte aumento dos conflitos no campo, como vimos acima, eram, em parte, consequência do empobrecimento generalizado do setor agrícola. Criando rancores por parte da população coreana contra os japoneses e apoiadores locais.

A Reforma Agrária¹

Na Coreia do Sul, ao fim da Segunda Guerra Mundial e da ocupação japonesa, cresceu a pressão pela reforma agrária. Quase todas as forças políticas do país pareciam concordar que isso seria de grande importância para a união social e o desenvolvimento econômico, a forma dessa reforma era intensamente debatida. Em 5 de outubro de 1945, as forças de ocupação dos EUA baixaram uma portaria regulamentando o aluguel dos arrendamentos em, no máximo, um terço dos rendimentos anuais. Os arrendatários, no entanto, reivindicavam a reforma agrária total, e movimentos foram surgindo em todo interior do país. A influência dos latifundiários, no entanto, ainda se fazia sentir e, quando a situação se tornou quase insustentável, o congresso nacional e a força de ocupação dos EUA formularam, em 1947, a Lei de Reforma Agrária, onde o Estado compraria as terras dos proprietários e as revenderia por 300% do valor anual da produção, a serem pagos em 15 anos com um teto de dois chungb (um chungb equivale a 1 hectare) por unidade e família. Desta forma os latifundiários teriam acesso a recursos financeiros – suas terras seriam desapropriadas e não confiscadas como aconteceu ao norte da península – e os arrendatários se tornariam proprietários, apesar

1 Para as estatísticas desse tópico ver Shin (1976) e Nogueira Junior (1995).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de ter de pagar um preço relativamente alto pela posse da terra. A lei, no entanto, foi recusada pela assembleia coreana, o que levou o governo de ocupação dos EUA a iniciar a distribuição de terras sem a anuência da assembleia. Foi criada uma empresa que absorveu as terras japonesas e as distribuiu entre 554.067 arrendatários que representavam 29,6% dos arrendatários totais. Mandando um recado claro as futuras autoridades sul-coreanas em relação à política norte-americana para a península. A meta era evitar revoltas sociais de cunho comunista ou mesmo uma revolução, além de criar uma espécie de vitrine de desenvolvimento em contra ponto à Coreia do Norte.

Com o estabelecimento do governo sul coreano, em 15 de agosto de 1948, ficou evidente que a reforma teria que prosseguir. Uma proposta foi inicialmente apresentada a assembleia nacional, mas sofreu várias alterações nos dois anos seguintes, até ser aprovado o texto final, em 10 de março de 1950, que determinava o início da execução da reforma agrária em 10 de abril do mesmo ano. Fundamentalmente o governo compraria as terras por 150% do valor da produção anual e revenderia pelo mesmo preço, mantendo o limite de 2 Chumgb por família. Alguns tipos de propriedades especiais foram deixadas fora da reforma, além disso, o poder local de grupos de latifundiários limitou a vendas de terras para o Estado em algumas regiões. No total, o governo comprou 63,4% das terras incluídas no projeto. Também foi proibida a venda, arrendamento ou qualquer outra forma de alienação da terra, inclusive das que continuavam com o mesmo proprietário, alguns arrendamentos ilegais persistiram, mas eram em número pouco expressivo. No total, foram distribuídas terras para 1,64 milhão de famílias, representando 69,4% da área total estimada no início da reforma. Apesar de não ter alcançado 100% das metas, a reforma modificou profundamente, não apenas a estrutura da propriedade rural, como também as relações econômicas e sociais que ajudou a moldar o desenvolvimento posterior da Coreia do Sul.

Uma das características da reforma agrária implementada no país foi o pagamento aos antigos proprietários num valor relativamente elevado, nesse sistema o Estado cobrava dos beneficiados pela distribuição de terras e pagava ao antigo dono, mas, em 1954, ano final para os pagamentos dos beneficiados, 43% do valor total não tinham sido pagos, em parte porque os agricultores não conseguiam pagar suas

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

obrigações financeiras, pois a carga era muito pesada, além de 30% da produção anual para adquirir a terra, o governo implementou imposto na proporção média de 23% da produção anual e, por fim, foram criadas diversas taxas durante a Guerra da Coreia que incidia sobre os agricultores, fazendo que com muitos tivessem que pagar, caso honrassem todos os compromissos, 63% ou mais da produção anual, o que obviamente era uma impossibilidade,

This was really heavy a burden for indigent Korean farmers. This conclusion can be reinforced by the fact that legally appointed completion year of repayment, about 99 percent of repayments for the distributed lands were paid 9 years after the legal termination of repayment. (Shim, 1976, p. 25).

Desta forma, antigos latifundiários não tiveram acesso aos valores determinados em lei. Até 1954 apenas 28% dos valores foram pagos, não havendo nenhum pagamento neste ano. Apenas em 1963 quase todo o valor tinha sido pago, 97,5%, mas sem correção da inflação, reduzindo drasticamente o valor real recebido. Independente da questão financeira relativas aos pagamentos dos antigos arrendatários ao Estado e das indenizações aos latifundiários, a reforma agrária cumpriu seus objetivos de promover maior igualdade social e incrementar, no médio prazo, a produtividade agrícola,

The land reform of Korea did attain the former purpose to a large extent. The reform essentially abolished the transitional and semi-feudalistic land tenure system and the class of parasitic landlords. It was principally successful to transform the tenant-farmers to free owner-farmers and to establish social equality and social justice to a large extent in rural Korea. Thus, the reform dissolved basically the age-long structural conflict and antagonism between tenant-farmers, owner-farmers and absentee-landlords and helped to achieve the social stability to a great extent in rural communities. Abolishing the high rate of rent, it also created new incentives for increased agricultural productivity for the former tenantfarmers. It is believed that all of these changes resulted from the land reform provided a favorable setting for the modernization of agriculture and the advancement of democracy in Korea. (*Idem*, p. 27).

Ao modificar a estrutura agrária, foram criados incentivos sociais e econômicos que permitiram amplificar o futuro desenvolvimento industrial do país e, ao diminuir o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

poder dos latifundiários, abriu-se a possibilidade de estruturar um Estado mais tecnocrático, que se tornaria realidade na década de 1960, pois a intensa concentração de terra tende a criar uma casta, se não em âmbito nacional, ao menos em âmbito regional e local, que tem facilidade, por ter forte controle econômico local, de dominar o aparelho estatal e fazer dele um reflexo de interesses particulares e não da coletividade. Nesse sistema, muitas vezes o aumento da produtividade agrícola têm pouca importância, pois a elite latifundiária é capaz de auferir ganhos do Estado ao ocupar cargos públicos, que, além de pagar salários, permite várias formas de corrupção. Não estamos aqui dizendo que a corrupção diminuiu na Coreia do Sul após a reforma, o governo Rhee (1948-60) foi pródigo em benefícios indevidos aos apadrinhados, e nem o Estado sofreu uma mudança estrutural de forma rápida, mas, sem dúvida, a reforma agrária foi o início do esforço desenvolvimentista, mesmo que não tenha sido realizada exatamente para isso, facilitando o processo de industrialização que permitiu, nos últimos 70 anos, o salto econômico e social da Coreia do Sul,

[...]the effects of the land reform of 1950 should not be underestimated. Because it fundamentally changed the whole structure of Korean rural community and hence the Korean Society. Although farmers paid so high costs and the reform itself was carried out unsatisfactory, it actually abolished the age-long land tenure system and parasitic absentee-landlords. Although some vestiges of tenancy were left illegally, the parasitic absentee-landlordism as a social and economic institution was clearly abolished. (*idem*, p. 27).

O fim do arrendamento, algo generalizado antes da reforma, promoveu socialmente milhões de pessoas e influenciaria, positivamente, suas ações políticas e econômicas, beneficiando o desenvolvimento pessoal, familiar e nacional. A função fundamental da agricultura, no entanto, pelo menos após 1950, seria beneficiar o processo de industrialização e não necessariamente aumentar o padrão de renda do campesinato, mesmo que a distribuição de terras tenha melhorado consideravelmente, antes da reforma 4% dos proprietários detinham 50% da área agricultável (Nogueira Junior, 1995) e, segundo o mesmo autor,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O efeito imediato da distribuição de terras promovida pelo governo de ocupação foi a redução, no prazo de um ano, do arrendamento. de 70% para 33% dos trabalhadores rurais graças à distribuição de 245.554 ha de terra. A segunda etapa de reforma logrou, distribuir 331.776 ha. O total de 577.320 ha distribuídos corresponde a um terço de toda a terra agricultável da Coreia do Sul, beneficiando 1.646.180 famílias, quase dois terços da população rural do país. De acordo com Song (1990, p. 176), "uma das mais incisivas e bem sucedidas reformas agrárias do mundo". Esta opinião pode ser verificada se compararmos diversos índices apresentados pelo setor rural coreano antes e depois da reforma agrária. Por exemplo, o arrendamento - que havia sido proibido na lei de reforma - foi drasticamente reduzido [...]. (*idem*, p. 29).

Em tese, portanto, milhões de camponeses teriam aumentado suas rendas anuais ao se verem livres dos alugueis decorrentes dos arrendamentos, no entanto, o Estado substituiu os proprietários rurais e, através de alguns mecanismos, passou a subtrair considerável parte da renda gerada pela agricultura, tendo em vista transferi-la para o esforço industrializante, renda esta que já não era muito alta, pois havia um limite de tamanho de 3 hectares por propriedade. Logo, segundo Toussaint (2017), o camponês, antes preso ao grande proprietário, agora trabalhava para o Estado.

De fato, o governo central coreano, sobretudo a partir de 1950, quando irrompe a Guerra da Coreia, o que aumenta o desejo de desenvolvimento do sul da península, estabeleceu vários mecanismos que tinham como objetivo expropriar parte do excedente agrícola. Antes, no entanto, esperava-se que as indenizações pelas expropriações criaria uma classe de capitalistas que seriam responsáveis pelo desenvolvimento posterior, algo que não se realizou pois baseava-se numa premissa duvidosa, a de que uma classe de proprietários rurais, até então ociosa – viviam da renda paga por camponeses – se transformariam rapidamente em capitalistas competentes, nos poucos casos em que isso ocorreu, o acesso privilegiado as benesses do Estado foram fundamentais. Além disso, o conflito com o norte impediu que o governo honrasse o pagamento das indenizações em consequência dos gastos com os esforços de guerra.

Reforma Agrária e Produtividade

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Uma questão que se coloca na reforma agrária é relativa ao tamanho das propriedades e sua relação com a produtividade. Segundo Fan & Kang (2005), na década de 1960, na Ásia, especialistas consideravam que propriedades menores seriam mais eficientes por ter acesso ao trabalho familiar que, por sua vez, teria uma maior compreensão do tipo de agricultura local. No entanto, nas duas décadas seguintes a industrialização da região requereria mão de obra e aumentos do uso de insumos industriais no próprio setor agrícola, que são mais adequados a propriedades maiores por disporem de mais capital. A partir da década de 1990, questões ambientais, entre outros motivos, levaram a uma revisão desse paradigma, sendo a Coreia do Sul um exemplo de sistema agrícola baseado em pequenas propriedades, como demonstra a Tabela 1:

Tabela 1

Tamanho médio da propriedade rural em hectares por anos selecionados

ANO	Tamanho médio da propriedade
1960	2,06
1970	0,88
1980	1,02
1990	1,19
2000	1,37
2015	1,21

Fonte: Korean Statistical Information Service – KOSIS. <<https://kosis.kr/eng/>>.

É importante frisar que das 1.078.048 (KOSIS) propriedades cultivadas, com uma área total de 1.309.787 ha em 2015, apenas 10.251 tinham mais de 10 ha, demonstrando o caráter altamente fragmentado da propriedade rural sul-coreana desde a implementação da reforma agrária. Como mostra a Tabela 1, o tamanho médio da propriedade rural primeiro caiu fortemente, em decorrência do crescimento populacional rural e conseqüente divisão entre herdeiros, posteriormente voltou a aumentar de tamanho em decorrência da industrialização intensiva em capital que se inicia na década de 1970, requerendo mão de obra com rendimentos salariais mais elevados que o rendimentos das pequenas propriedade rurais, atraindo jovens para as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

idades. A volta da queda do tamanho médio da propriedade nos últimos anos foi em consequência da diminuição da área agrícola total em mais de 200 mil ha entre 2000 e 2015. No caso da Coreia do Sul, a estrutura da divisão da propriedade não impediu um forte aumento da produtividade, como demonstra a Tabela abaixo:

Tabela 2

Produtividade por pessoa lotada na agricultura em Dólar

Ano	Produtividade (dólar 1995)
1961	2.311,1
1970	2.953,6
1980	3.270,5
1990	7.399,2
2000	13.508,8
taxa de crescimento %	
1961-69	3,73
1970-79	3,76
1980-89	8,39
1990-2000	6,15
1961-2000	4,72

Fonte: Fan & Kang (2005).

O *quantum* da produção também avançou, em média, 3,39% entre 1961 e 2000. O aumento da produtividade foi em decorrência da ampliação da utilização de fertilizantes e agrotóxicos a partir, sobretudo, de 1958. A própria industrialização do país permitiu o incremento do uso de insumos industriais, que, por sua vez, fomentou o aumento da produção industrial. Segundo Fan & Kang (2005), alguns estudos indicam que pequenas propriedades tendem a ter uma maior produtividade do solo, no entanto, outros estudos indicam o inverso, sobretudo após a “revolução verde”, iniciada nos anos de 1950, e que tornou a agricultura mais intensiva em capital. No caso da Coreia a agricultura já era razoavelmente produtiva e a tecnificação torna-a ainda mais produtiva, sem precisar aumentar o tamanho médio da propriedade, o que concorreu para melhorar a distribuição de renda.

Muitos fatores são condicionantes da produtividade rural, e não apenas o tamanho da propriedade. Como a Coreia passou por um intenso processo de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desenvolvimento econômico nos últimos setenta anos, o governo pode garantir a implementação de sistemas de financiamento e acesso a insumos modernos que foram capazes de amplificar muito a produtividade agrícola. A melhora educacional das últimas décadas da população rural também influenciou esse incremento na produtividade. Foram implementados sistemas de assistência técnicas e extensão rural assim que o país teve condições, sobretudo após a recuperação econômica da Guerra da Coreia. Desta forma, a agricultura coreana proporcionou *inputs* que beneficiaram o desenvolvimento industrial e a melhora da qualidade de vida da população.

Agricultura e Industrialização

O governo sul-coreano decidiu que parte da industrialização seria paga pelo setor agrícola, ao menos até que a indústria acumulasse capital suficiente para realizar a totalidade das inversões necessária para a continuidade do desenvolvimento industrial. Partindo de uma agricultura de *jardinagem*², intensiva em trabalho e com relativamente alta produtividade do solo e poucas terras agricultáveis (Lee *apud* Baldasso, 2016, p. 40), fazia sentido organizar a agricultura em propriedades muito pequenas e ter baixa produtividade do trabalho, assim o setor agrícola coreano pode gerar ocupação para um grande contingente de pessoas que, na década de 1950, em decorrência de uma industrialização ainda incipiente, não encontrariam empregos em zonas urbanas.

A reforma agrária não parou, no entanto, na redistribuição de terras, houve forte investimento do Estado em melhora das sementes, extensão rural, fornecimento de fertilizantes e defensivos agrícolas, ou seja, houve uma articulação para expandir a produtividade, e de preferência, sobretudo a partir da década de 1960, utilizando insumos industriais como forma de favorecer a industrialização do país,

2 A agricultura de jardinagem é um tipo de agricultura de subsistência voltada para o abastecimento interno, destacando-se como um termo usado para designar o tipo de agricultura praticado em alguns países asiáticos. É o caso, por exemplo, da rizicultura (plantio de arroz) das regiões sul e sudeste da Ásia — como Vietnã, China, Índia e Tailândia —, locais onde predominam duas estações: monção de verão, com chuvas intensas, e monção de inverno, com clima frio, seco e estiagem prolongada. Fonte: www.pensamentoverde.com.br.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O caso coreano é extremamente interessante: mostra uma reforma agrária levada a cabo num contexto capitalista, mas que gerou mais empregos (em termos proporcionais) do que aquela já mostrada na China. Mostra também um país com um ponto de partida parecido com o do Brasil (passado colonial, economia agrícola e, especialmente, industrialização tardia), mas que trilhou um caminho menos excludente rumo à industrialização, em grande parte devido ao acesso democrático à terra. (Nogueira Junior, 1995, p. 33).

No entanto, se é verdade que o acesso à terra tornou-se bastante democrático, o acesso à renda gerada pela terra não foi, por um longo período, até o início dos anos de 1970, tão democrático. De fato os camponeses tinham parte considerável de suas rendas expropriadas pelo Estado. Já ao final da década de 1940 o governo passou a quase monopolizar a compra da produção agrícola, a maior parte da produção não podia ser vendida diretamente no mercado aberto, e os preços dos produtos eram definidos pelo Estado, não havendo, portanto, alternativa para o produtor que não fosse aceitar a oferta governamental, e, esses preços, invariavelmente, eram abaixo dos de mercado. Durante a guerra da Coreia essa política proporcionou aliviar pressões inflacionárias (Baldasso, 2016, p.43) e, após o término do conflito, alimentos baratos para a emergente classe operária, que crescia no rastro da industrialização, permitindo manter os salários em níveis mais baixos do que seria necessário caso os alimentos fossem mais caros³. De fato (*idem*) a produtividade média da cultura do arroz, a principal da Coreia do Sul, passou de 3340 kg/ha no período 1952-1956 para 4700 kg/ha em 1974,

No entanto, os constantes aumentos na produção e na produtividade por hectare não foram acompanhados de aumentos reais da mesma magnitude na renda das unidades produtivas, o que aponta, segundo Lee (*ibid.*) para uma deterioração dos termos de troca em desfavor da agricultura e sugere a extração de excedente pelo principal agente fornecedor de insumos e comprador da produção: o Estado. (*idem*, p. 44).

3 Na década de 1950 o crescimento industrial coreano estava concentrado em indústrias intensivas em mão de obra, com baixa capacidade para pagar salários mais elevados e, por tanto, promover o surgimento de um amplo mercado consumidor, desta forma, para os formuladores da política de desenvolvimento do país fazia sentido manter os salários os mais baixos possíveis aumentando o lucro do setor secundário e, por tanto, a capacidade de investimento da indústria, favorecendo assim, a industrialização da Coreia.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Logo, o Estado parecia rebaixar o preço de compra proporcionalmente ao aumento da produtividade do solo, não parece ser possível, no entanto, estabelecer quais as consequências dessa política na própria produtividade agrícola, desde que num processo como esse se deveria esperar a estagnação da produtividade, porque o incentivo para melhorar as formas de plantio baseado na expectativa do aumento da renda estava, desde o início, excluído. Talvez o fato de que o Estado ter, aos poucos, diminuindo a proporção do total da produção agrícola que ele comprava, permitindo que os camponeses vendessem pelo menos uma parte da produção diretamente ao mercado, tenha fornecido o estímulo para a continuidade do aumento da produtividade. Na visão bastante crítica de Toussaint (2017, s/p),

O Estado interveio de maneira ativa e repressiva. A renda que os camponeses pagavam aos grandes proprietários foi substituída por taxas e impostos a serem pagos ao Estado. De fato, o Estado apropria-se do excedente que anteriormente ficava na posse dos proprietários fundiários. O Estado impõe que os camponeses obtenham um determinado volume de produção em relação a certos produtos. Essa quantidade deve ser fornecida aos organismos estatais a um preço fixado pelas autoridades. O preço é muito baixo, sendo com frequência inferior ao custo de produção.

São pertinentes as críticas do autor ao processo de expropriação de renda agrícola por parte do Estado que ocorria na Coreia do Sul, no entanto, para as autoridades coreanas na época, o foco era a indústria, sendo a agricultura complementar e área de extração de excedente tendo em vista o desenvolvimento de setor secundário. Além disso, houve redução e certo nível de controle do êxodo rural em consequência da reforma agrária, o que, no longo prazo, e, levando-se em conta que a industrialização sul-coreana continuou até recentemente, favoreceu a aumentos salariais ao evitar o surgimento de uma camada de desvalidos como ocorre em países como o Brasil.

No entanto, depois da transferência inicial de renda da agricultura para a indústria, a partir de 1964 o governo começa a modificar a política agrícola, neste ano enquanto há um grande aumento das taxas de juros, os empréstimos para o setor agrícola se mantém abaixo da inflação. Em 1968 é criada uma política de manutenção e aumento de preço para vários produtos agrícolas, sobretudo arroz e cevada. Entre 1969

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e 1974 o preço do arroz subiu em média 25,2% ao ano (World Bank, 1992), índice bem acima da inflação. Entre 1970 e 1980 os empréstimos e investimentos na agricultura foram multiplicados por 16. Os investimentos em infraestrutura na zona rural teve forte crescimento bem como a mecanização da lavoura, além do uso de fertilizantes, favorecendo o aumento da produtividade. Como resultado desses programas a renda familiar rural passou de 67,1% da renda familiar não rural para 94,9% entre 1970 e 1985. Em decorrência do aumento da produtividade do solo e da manutenção do preço dos produtos agrícolas em níveis elevados pelo Estado, em 1985, por exemplo, o preço do arroz era 2,9 vezes maior na Coreia do Sul do que no mercado internacional, ou seja, se nas décadas de 1950 e 1960 houve inversão de renda da agricultura para a indústria, a partir da década de 1970, as áreas urbanas começaram a inverter renda para o setor rural.

Conclusão

A reforma agrária na coreia do sul promoveu maior igualdade de renda, maior segurança jurídica aos antigos arrendatários, aumentou a produtividade do solo, com efeitos positivos na segurança alimentar da nação, e não apenas dos agricultores. Também foi importante para aumentar a taxa de investimento do setor secundário através de mecanismo que transferiam o excedente agrícola para a indústria. Também teve, no longo prazo, impactos positivos nas instituições do país ao diminuir a influência de elites regionais na formulação de políticas estatais, permitindo uma ampliação da tecnocracia governamental, sobretudo na década de 1960. No entanto, houve um custo relativamente elevado para os beneficiados pela reforma, que tiveram que pagar cm parte da produção anual pelo acesso a propriedade, além da imposição, pelo Estado, de diversas taxas e impostos, anulando parte dos efeitos sociais positivos da redistribuição de terras até o final dos anos de 1960. Nas décadas seguintes, no entanto, a política de desenvolvimento do setor rural reverteria esse quadro, permitindo a diminuição das diferenças de renda entre as zonas rurais e urbanas. Assim, a reforma agrária teve papel importante no desenvolvimento econômico e social que transformou,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nas últimas décadas, a Coreia do Sul num dos mais importantes países produtor de bens tecnológicos de alto valor agregado com bons indicadores sociais.

Referências

BALDASSO, Tiago Oliveira: Reforma Agrária, Modernização da Agricultura e Industrialização na Coreia do Sul. TCC, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

FAN, Shenggen & Kang, Connie Chan. Is Small Beautiful?: farm size, productivity, and poverty in Asian agriculture. *Agricultural Economics*, v. 32, issue s1. p.135-146. February 2005.

GRABOWSKI, Richard. East Asia, Land Reform and Economic Development. *Canadian Journal of Development Studies*, vol. XXIII, nº 1, 2002.

KOREAN STATISTICAL INFORMATION SERVICE – KOSIS. <<https://kosis.kr/eng/>> acesso em 10 de novembro de 2020.

NOGUEIRA JUNIOR, Roberto. Reforma Agrária: seus impactos na geração de empregos agrícolas. TCC, Instituto e Economia, UNICAMP, 1995.

WORLD BANK BOOK. Adjustment in a Newly Industrialized Country: the korean experience. edited by Vittorio Corbo, Sang-Mok Suh. The Johns Hopkins University Press, Baltimore, Maryland, U.S.A. 1992.

SHIN, Yong-Ha. LAND REFORM IN KOREA, 1950. *Bulletin of the Population and Development Studies Center*. Vol. 5, pp. 14-31. Published By: Institute for Social Development and Policy Research (ISDPR), 1976.

TOUSSAINT, Eric. O Mito da Coréia do Sul: não, ela não se desenvolveu com livre mercado em <<https://voyager1.net/economia/o-mito-sul-coreano/#nb12>> acesso em 22 de setembro de 2020.